

Conselho Nacional do Ministério Público**PORTARIA CNMP-PRESI Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2026**

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o constante no Processo Administrativo nº 19.00.1500.0000340/2023-50, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 25 de janeiro de 2026, o prazo da Portaria CNMP-PRESI nº 348 de 11 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 12 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o constante no Processo Administrativo nº 19.00.1500.0000337/2023-34, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 25 de janeiro de 2026, o prazo da Portaria CNMP-PRESI nº 351 de 11 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 12 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 5 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.2051.0005883/2025-34, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria CNMP-PRESI nº 329 de 19 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 22 de dezembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Designar, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º de janeiro de 2026, o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul FELIPE TEIXEIRA NETO para atuar como membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo de suas atribuições na origem." (NR)

Art. 2º Alterar o art. 3º da Portaria CNMP-PRESI nº 329 de 19 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 22 de dezembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O membro auxiliar referido no art. 2º fica designado para atuar junto ao Gabinete da Conselheira Greice Stocker e à Comissão de Saúde." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL ELEITORAL****VICE PROCURADOR-GERAL ELEITORAL****PORTARIA PGE Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2026**

O VICE-PROCURADOR-GERAL ELEITORAL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 294, de 28 de dezembro de 2023, e com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 96, §3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e no art. 32 da Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, e tendo em vista o contido no Ofício nº 08/2026/PRE/BA, de 13 de janeiro de 2026 (PR-BA-00002145/2026), da Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República OVÍDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO para, sem prejuízo de suas atribuições, officiar, sob a coordenação do Procurador Regional Eleitoral, como Procurador Regional Eleitoral Auxiliar de Propaganda, perante os Juizes Eleitorais Auxiliares designados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, até 19 de dezembro de 2026.

Art. 2º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**PORTARIA PGR/MPU Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2026**

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições delegadas pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPU nº 825, de 20 de maio de 2013, publicada no DOU, Seção 2, pág. 58, de 18 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a designação de membros do Ministério Público da União (MPU) e do Ministério Público dos Estados para atuação em auxílio ou em colaboração ao Procurador-Geral da República.

....." (NR)

"Art. 2º

I - auxiliar, com ou sem prejuízo de suas funções na unidade de origem; e

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

ESCOLA SUPERIOR**PORTARIA Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das competências que lhe foram conferidas pelo artigo 13, inciso XXVIII, do Estatuto da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 49, de 19 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Apostilar a nomeação da servidora RENATA DE SOUZA RODRIGUES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 72638, para o Cargo Comissionado de Secretária, CC-5, da Secretaria de Administração, realizada originalmente pela Portaria nº 205, de 17 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 2 de janeiro de 2026, passando a considerar a nomeação na matrícula 72642, para o cargo de Secretária de Administração, CC-5, da Secretaria de Administração da Escola Superior do Ministério Público da União, em virtude de remoção, a pedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO

PORTARIA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das competências que lhe foram conferidas pelo artigo 13, inciso XXVIII, do Estatuto da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 49, de 19 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Apostilar a designação da servidora MAISA PEREIRA MARTINIANO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 70404, da Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Infraestrutura de Eventos, FC-3, da Subsecretaria de Serviços Educacionais, da Secretaria de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada originalmente pela Portaria nº 58, de 18 de abril de 2024, publicada no DOU de 22 de abril de 2024, passando a considerar a designação na matrícula 72644, de Chefe do Núcleo de Infraestrutura de Eventos, FC-3, da Subsecretaria de Serviços Educacionais, da Secretaria de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Escola Superior do Ministério Público da União, em virtude de remoção, a pedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 13, inciso XXVIII, do Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 49, de 19 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a partir de 12 de janeiro de 2026, a servidora requisitada, Bárbara Beatriz de Santana, matrícula 71950, do exercício da função comissionada de Assistente Nível III, FC-3, da Coordenadoria de Projetos de Extensão, Cultura e Inovação, da Secretaria de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Escola Superior do Ministério Público da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA PGJ Nº 32, DE 14 DE JANEIRO DE 2026**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO os termos do art. 12, § 3º, da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30 de agosto de 2019, publicada no Boletim de Serviço/MPF nº 9, de 2019; e CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 19.04.4198.0000757/2026-55, resolve:

Art. 1º Esta Portaria designa a servidora PAULA LUCIANA DOURADO MAGALHÃES, matrícula 4894-1, Analista do MPU/Clinica Médica da carreira do Ministério Público da União, para substituir, de 7 a 14 de janeiro de 2026, o cargo em comissão de Secretário de Atendimento à Saúde, código CC-05 (6200200), dispensando, durante o referido período, a servidora FLÁVIA GOMES DE CAMPOS, matrícula 4834-8.

Art. 2º Dispensar, de 7 a 14 de janeiro de 2026, a servidora PAULA LUCIANA DOURADO MAGALHÃES, matrícula 4894-1, Analista do MPU/Clinica Médica da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta do cargo em comissão de Subsecretária Médica da Secretaria de Atendimento à Saúde, código CC-02 (6200221).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO MARCOS DEZAN

SECRETARIA-GERAL**PORTARIAS DE 13 DE JANEIRO DE 2026**

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, resolve:

Nº 27 - Designar o servidor JUNIO KENED FERREIRA COSTA, matrícula 5390-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe da Seção de Cálculo da Secretaria de Gestão de Pessoas, código CC-01 (62050073), dispensando, em consequência, a servidora JULIANA BASTOS HASHIMOTO, matrícula 4348-6 (processo SEI nº 19.04.4269.0001075/2026-07).

Nº 28 - Designar, de 14 a 16/01/2026, a servidora LARA ROCHA ALBUQUERQUE, matrícula 3632-3, Analista do MPU/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Subsecretário de Programação Orçamentária e Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças, código CC-02 (62020005) (processo SEI nº 19.04.3237.0003026/2026-58).

CLAUDIA MARIA RAMOS

PORTARIA Nº 31, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do processo SEI nº 19.04.3430.0171668/2025-19, resolve:

Designar, a contar de 19/01/2026, a servidora JAQUELINE BARBOSA JANKOSZ, matrícula 1305-6, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe de Secretaria de Promotoria da Secretaria Administrativa da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, código FC-03 (68000001), dispensando-a, em consequência, do encargo de substituta da função de confiança de Assistente Chefe II do Cartório de Promotoria de Justiça da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, código FC-02 (69001010).

CLAUDIA MARIA RAMOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL****PORTARIA SG/MPF Nº 31, DE 14 DE JANEIRO DE 2026**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência atribuída pelo Art. 3º, inciso XII, da Portaria SG/MPF nº 625, de 11 de julho de 2025, em cumprimento à decisão proferida na Ação nº 6037880-75.2025.4.03.6100, e tendo em vista o que consta do Procedimento Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.002330/2020-36, bem como o disposto na informação PGR-00007499/2026, resolve:

Art. 1º CONCEDER pensão civil vitalícia na condição de genitora a MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS, a contar de 12/01/2026, data do recebimento da ação, através do Parecer de Força Executória nº 001/2026/CORESENE/PRU3R/PGU/AGU, proferida no Processo nº 6037880-75.2025.4.03.6100, em razão do falecimento do ex-servidor Eduardo Oliveira dos Santos, matrícula nº 20110, com fundamento nos artigos 16, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, c/c o artigo 23, caput, da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019. Cabendo à beneficiária cota familiar de 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos de aposentadoria a que fazia jus o titular, acrescida de cota individual de 10% (dez) pontos percentuais, perfazendo um total de 60% (sessenta por cento), com revisão do benefício pensional na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 15 da Lei nº 10.887/2004, na redação dada pelo artigo 171 da Lei nº 11.784/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSÉ LISBOA FILHO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015, e com referência ao documento MEMORANDO 4/2026 SE/PRES - PR-ES-00001310/2026, resolve:

Art. 1º - NOMEAR PAULINE BUBACH FRANCA GOMES, ocupante do cargo de Técnico do MPU / Administração, matrícula 21277, para substituir no período de 19/01/2026 a 23/01/2026, o Secretário Estadual - CC-5 da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, por motivo de ausência concomitante do titular e do substituto, ambos gozando férias no período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO AUGUSTO GUARESQUI
Procurador-Chefe Segundo Substituto

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA PRMG Nº 21, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Dispensar DONIZETTI SEVERINO DE CARVALHO, matrícula 5233, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, da função de confiança de Assistente Nível II, Código FC-2, do Gabinete do Dr. André Luis Castro Caselli, da Procuradoria da República no Município de Uberaba no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Designar JOAO INACIO DE OLIVEIRA, matrícula 2549, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, Código FC-2, do Gabinete do Dr. André Luis Castro Caselli, da Procuradoria da República no Município de Uberaba no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA PRRJ Nº 21, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a membro signatária usufruirá férias no período de 21 a 30 de janeiro de 2026, e considerando as diversas atribuições inerentes ao cargo de Procuradora-Chefe da PRRJ, resolve:

Art. 1º Designar a Procuradora da República MARISA VARTOTTO FERRARI para exercer no período de 21 a 30 de janeiro de 2026 as funções inerentes à titularidade do cargo de Procuradora-Chefe da PRRJ.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CARMEN SANTANNA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA PR/RO Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015, e pela Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, e em razão do expediente PR-RO-00000308/2026, resolve:

Art. 1º Dispensar, a partir de 08 de janeiro de 2026, a servidora LUIZA BRASIL DE CASTRO FRANCA MANUSSAKIS, matrícula 29676, Analista do MPU/Direito, da função de confiança, código FC-2, de Assistente Nível II do Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado da Procuradoria da República em Rondônia.

BRUNO RODRIGUES CHAVES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 1/PGJM, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V, XX e XXIII do art. 124 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a Lei 13.201, de 26 de agosto de 2014, que instituiu a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União;

CONSIDERANDO o Ato Conjunto PGR/CSMPU 1/2014, que regulamentou o referido diploma legal;

CONSIDERANDO a Portaria PGR/MPU 128, de 18 de dezembro de 2020, que alterou o Ato Conjunto PGR/CASMPU 1/2014 para, entre outras providências, disciplinar que as unidades ministeriais serão organizadas em ofícios de lotação comuns, especiais e de administração (art. 15);

CONSIDERANDO o art. 1º, III-C, daquele ato conjunto, que conceitua o ofício de administração como o "de provimento exclusivo, por designação ou mandato, com exercício de atribuições especiais decorrentes de previsão expressa em lei ou de sua descentralização e relativas à atividade administrativa privativa de membro do Ministério Público da União"; resolve:

Art. 1º Ficam distribuídos, no âmbito do Ministério Público Militar, os seguintes Ofícios de Administração:

I - do Procurador-Geral de Justiça Militar e do Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar;

II - do Corregedor-Geral;

III - dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público Militar;

IV - do Ouvidor e de seu substituto;

V - do Conselheiro representante do Ministério Público Militar no Conselho Nacional do Ministério Público;

VI - dos seguintes auxiliares do Procurador-Geral de Justiça Militar, quando membros, bem como seus adjuntos:

a) Chefe de Gabinete para Assuntos Administrativos;

b) Secretário de Relações Institucionais;

c) Secretário de Cooperação Jurídica e Relações Internacionais;

d) Secretário de Direitos Humanos e Direito Humanitário;

e) Secretário de Promoção dos Direitos das Vítimas;

f) Secretário de Prospecção e Inovação Tecnológica;

g) Coordenador de Inteligência;

h) Coordenador de Segurança Institucional;

i) Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;

j) Diretor-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar;

k) Designado para atuação em órgão colegiado externo no qual o MPJM tenha assento, conforme expressamente consignado em portaria de designação;

Art. 2º A distribuição e a instalação dos Ofícios de Administração previstos no art. 1º ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira e ao atendimento dos limites previstos na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e na Emenda Constitucional 95/2016.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça Militar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a partir do dia 1º de janeiro de 2026, revogando a Portaria nº 201/PGJM, de 27 de setembro de 2022, alterada pela Portaria nº 13/PGJM, de 19 de janeiro de 2023.

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 20, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 258 da Portaria PGT/MPT nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico nº 147, de 8 de agosto de 2025, e considerando o que consta na PGEA/MPT nº 20.02.0001.0000174/2026-46, resolve:

Art.1º Exonerar a servidora CAMILLA DE LELLIS MENDONÇA, matrícula 6009797-3, do cargo em comissão de Assessor Nível II da Procuradoria Geral do Trabalho, código CC-2, da Procuradoria-Geral do Trabalho.

JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

PORTARIA DG Nº 21, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 258 da Portaria PGT/MPT nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico nº 147, de 8 de agosto de 2025, e considerando o que consta na PGEA/MPT nº 20.02.0001.0000172/2026-03, resolve:

Art.1º Nomear LUCA VIANNA ZULATO, bacharel em Direito, para o cargo em comissão de Assessor Nível II da Procuradoria Geral do Trabalho, código CC-2, da Procuradoria-Geral do Trabalho.

JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

PORTARIA Nº 33, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria MPT-DG nº 49, de 22 de janeiro de 2019, publicada no D.O.U em 28 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta do 20.02.1700.0000009/2026-65, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora JOANA DARCI MASIOLI, matrícula nº 6001975-1, ocupante do cargo de Analista do MPU/Biblioteconomia, Código AN030104, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do MPU, do Quadro Permanente do Ministério Público do Trabalho, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

ANDERSON RÉGIS CAVALCANTE FEITOSA

PORTARIA DG Nº 35, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 258 da Portaria PGT/MPT nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico nº 147, de 8 de agosto de 2025, e considerando o que consta na PGEA/MPT nº 20.02.0001.0000183/2026-94, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 22/12/2025, o servidor WARLLEM XAVIER MATOSO, matrícula 6002233-7, da função de confiança de Assistente Nível II da Secretaria Administrativa da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, código FC-2, da Procuradoria-Geral do Trabalho.

JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

PORTARIA DG Nº 41, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 258 da Portaria PGT/MPT nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico nº 147, de 8 de agosto de 2025, e considerando o que consta na PGEA/MPT nº 20.02.1000.0001456/2025-17, resolve:

Art. 1º Dispensar, a contar de 07/01/2026, o servidor BRAULIO ANDRE AVELINO, matrícula 6002724-X, da função de confiança, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

PORTARIA DG Nº 49, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 258 da Portaria PGT/MPT nº 1.162, de 7 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico nº 147, de 8 de agosto de 2025, e considerando o que consta na PGEA/MPT nº 20.02.0001.0000300/2026-39, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 14/01/2026, o servidor ELSON FERNANDO COSTA CUMARU, matrícula 6006943-0, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Perito em Engenharia Mecânica, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Engenharia Mecânica, código, CC-1, da Diretoria de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral do Trabalho.

Art.2º Dispensar, o servidor ELSON FERNANDO COSTA CUMARU, matrícula 6006943-0, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Perito em Engenharia Mecânica, do encargo de substituto eventual do Chefe da Assessoria Técnica do Departamento de Engenharia, código CC-1, da Diretoria de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral do Trabalho.

Art. 3º Dispensar, o servidor ELSON FERNANDO COSTA CUMARU, matrícula 6006943-0, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Perito em Engenharia Mecânica, do encargo de substituto eventual do Chefe da Seção de Manutenção e Gestão Predial, código CC-1, da Diretoria de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral do Trabalho.

JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar a Portaria PRTE n. 318/2025, que passa a ter a seguinte redação:

I - Designar os Membros do Ministério Público do Trabalho, abaixo nominados, para atuarem nas sessões de julgamento perante o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no mês de JANEIRO DE 2026.

JANEIRO - 2026		
SESSÃO DAS TURMAS		
1ª Turma	21 a 31/01/2026	Dra. Priscila Cavalieri
2ª Turma	21 a 31/01/2026	Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima
3ª Turma	21 a 31/01/2026	Dra. Lívia Viana de Arruda
4ª Turma	21 a 31/01/2026	Dr. Eduardo Varandas Araruna
SEDI II	21 a 25/01/2026	Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima
SEDI II	26 a 29/01/2026	Dra. Lívia Viana de Arruda
SEDI II	30 e 31/01/2026	Dra. Maria Angela Lobo Gomes

II - Determinar, para os efeitos dos artigos 1º e 8º, inciso II e VII, da Lei Complementar n. 75, de 20/05/1993, que os(as) senhores(as) Procuradores(as), ora designados(as), atuam nas respectivas sessões de julgamento, acompanhando-as até o encerramento, ficando responsáveis, também, em eventuais prorrogações, antecipações ou adiamento delas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IV - Dê-se ciência e publique-se.

GUSTAVO LUIS TEIXEIRA DAS CHAGAS

